

## ORÇAMENTO SECRETO

## Congresso desobedece ao STF

Ato conjunto vai manter em sigilo o nome dos parlamentares que foram beneficiados pelas emendas de relator

» JORGE VASCONCELLOS

O Congresso Nacional redigiu um ato conjunto em que Câmara e Senado deixam claro que vão descumprir a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que ordenou o Legislativo a conferir transparência às emendas de relator — as chamadas RP9 —, dos anos de 2020 e 2021. Segundo o texto, o nome dos deputados e senadores que indicaram, até o momento, verbas por esse mecanismo não será divulgado. Isso que dizer que os beneficiados só serão sabidos pelas solicitações feitas futuramente.

Há três semanas, a ministra Rosa Weber, do STF, suspendeu a execução das emendas de relator e determinou ao Executivo e ao Legislativo dar ampla publicidade sobre a distribuição dessas verbas. Na decisão, a magistrada afirma que a falta de transparência em relação a essas emendas dificulta a fiscalização dos recursos públicos. O entendimento de Rosa foi confirmado pelo plenário da Corte por 8 votos a 2, no último dia 10.

No ato conjunto do Congresso, que deve ser publicado até amanhã, as duas Casas argumentam que há “impossibilidade fática de se estabelecer retroativamente um procedimento para registro das demandas recebidas pelo relator-geral com sugestão de alocação de recursos por parte de parlamentares, prefeitos, governadores, Ministros de Estado, associações, cidadãos, formuladas no dia a dia do exercício dinâmico do mandato”.

Nos bastidores, não apenas o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), como o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), estão de acordo com a não divulgação, que teria a bênção do presidente Jair Bolsonaro.

Marcos Brandão/Senado Federal



Pacheco e Lira estão de acordo em fazer com que Congresso ignore determinação do Supremo. E têm beneplácito de Bolsonaro

## Resolução

Além da falta de transparência, o Congresso vota, hoje, um projeto de resolução que estabelece novas regras para as emendas de relator. É uma maneira de cumprir, parcialmente, a decisão do STF.

Antes de fechar o texto, Pacheco se reuniu, ontem, com Rosa Weber. “Nosso objetivo é, justamente, por meio desse ato conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal,

estabelecer o cumprimento da decisão judicial. Vou apresentar à ministra o trabalho que foi realizado e estabelecer, portanto, as diretrizes, tanto do porvir, em relação à questão do Orçamento, mas, sobretudo, os orçamentos de 2021, porque o Congresso Nacional está atento à determinação judicial, e irá cumpri-la”, disse Pacheco.

O senador negou que haja “ocultação” de informações nas emendas do relator, apesar de o Congresso estar criando um

dispositivo para impedir a divulgação dos beneficiados pelas RP9. Ele disse que o Legislativo fará uma “adequação normativa” para garantir a transparência exigida pelo tribunal.

“Vamos demonstrar que, à luz da lei que rege atualmente a questão da emenda de relator, temos toda condição de dar transparência dentro desses limites que a lei previa. E propomos uma alteração da legislação relativamente a se dar mais transparência a essas emendas

de relator para que se possa conferir, justamente, qual é a origem, qual é a base, a fundamentação das emendas indicadas pelo relator”, afirmou Pacheco.

O presidente do Senado ressaltou que “não havia isso na legislação até aqui, e o que nós estamos propondo é justamente uma adequação normativa para atender ao que é a essência da decisão do Supremo Tribunal Federal que é garantir a mais absoluta transparência no emprego desse orçamento público”.



(Há) impossibilidade fática de se estabelecer retroativamente um procedimento para registro das demandas recebidas pelo relator-geral com sugestão de alocação de recursos por parte de parlamentares”

Trecho da justificativa do Congresso para não divulgar o nome dos parlamentares beneficiados pelas emendas de relator



Vamos demonstrar que, à luz da lei que rege atualmente a questão da emenda de relator, temos toda condição de dar transparência dentro desses limites que a Lei previa”

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que se reunirá com a ministra Rosa Weber, do Supremo, que determinou transparência

## Auxílio Brasil pode incluir 20 milhões

» ISRAEL MEDEIROS

O Auxílio Brasil poderá ter mais beneficiários do que os aproximadamente 17 milhões de famílias previstos pelo governo, após as alterações na medida provisória que regulamenta o programa — aprovada, ontem, na Câmara dos Deputados por 344 votos a favor e nenhum contra. O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), conseguiu costurar um acordo com a oposição, que promoveu alterações para que o texto pudesse ser votado.

As mudanças, segundo o relator da medida, deputado Marcelo Aro (PP-MG), devem resultar em um total de mais de 20 milhões de famílias beneficiárias — 3 milhões a mais do que o que previa o governo. “Automaticamente, todo mundo que estava com demanda reprimida do Bolsa Família passa a receber

o Auxílio Brasil. Zerando a fila e com a mudança das faixas de pobreza e extrema pobreza, passaríamos de 20 milhões de famílias contempladas”, salientou.

Atualmente, são atendidas pelo Bolsa Família cerca de 14,6 milhões de famílias. O plano do Executivo é aprovar a PEC dos Precatórios para aumentar o número de beneficiários para 17 milhões, em dezembro, e começar a pagar as parcelas de R\$ 400.

Entre as principais mudanças na MP do Auxílio Brasil está a proibição de filas para os beneficiários. Na prática, significa que o governo não poderá deixar em uma lista de espera — como ocorre hoje. Essa foi uma demanda da oposição.

## Critério de renda

Outra mudança importante foi o critério de renda para

inclusão no novo programa. No parecer do parlamentar, passam a ser elegíveis as famílias em situação de extrema pobreza com renda per capita mensal entre R\$ 105,01 e R\$ 210. “A pobreza era a faixa de quem recebia o Auxílio, a faixa de R\$ 178. Nós estamos mudando para R\$ 210. Então, são R\$ 32 a mais para que você consiga entrar no programa”, disse o relator.

Segundo a redação anterior, a renda mensal máxima daqueles considerados de extrema pobreza era fixada em R\$ 100, e dos considerados na linha da pobreza, entre R\$ 100,01 e R\$ 200,00. Os valores foram alterados levando em consideração o reajuste pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) — que calcula a inflação oficial. Outra mudança foi a retirada do limite de cinco beneficiários por família.

Durante as negociações, o

Marcos Brandão/Senado Federal



Modificação de Aro colocou teto da pobreza em R\$ 210 e sobe o número de habilitados ao programa

relator também retirou do seu parecer a obrigatoriedade de o governo reajustar anualmente, e de forma automática, os valores distribuídos pelo programa com base também no INPC. A equipe econômica do governo foi contra

o trecho e Aro, mesmo contrariando, acabou cedendo.

Mesmo votando pela aprovação da MP, líderes de oposição deixaram claro que consideram um erro o fim do Bolsa Família e disseram que o voto a favor do

novo programa só se justifica para não deixar os mais pobres desamparados. A MP precisa, ainda, passar pelo Senado e, para não perder a validade, precisa ser aprovada pelo Congresso até 7 de dezembro.

## Votação da PEC prevista para até a próxima 4ª feira

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que a PEC dos Precatórios, com a qual o governo pretende viabilizar o Auxílio Brasil de R\$ 400, deve ser votada pelo plenário da Casa na semana que vem, caso a matéria seja aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na próxima terça-feira.

Já aprovada pela Câmara, a PEC, segundo estimativas do Ministério da Economia, poderá abrir um espaço fiscal de R\$ 106,1 bilhões no Orçamento do ano que vem para o financiamento do Auxílio Brasil — substituto do Bolsa Família. Para isso, a proposta muda o cálculo do teto de gastos

e adia o pagamento de parte dos R\$ 89 bilhões previstos para serem quitados, em 2022, na forma de precatórios — dívidas judiciais da União reconhecidas pela Justiça.

Pacheco assegurou que será possível votar a PEC mesmo com as 10 sabatinas de autoridades que estão agendadas para o período de esforço concentrado na Casa, de 30 de novembro a 2 de dezembro. “Ultrapassada a fase da Comissão de Constituição e Justiça, cabendo ao plenário a apreciação, aproveitando, inclusive, a presença dos senadores e das senadoras do Senado Federal em plenário e, eventualmente, tentarmos a votação da PEC já

na próxima semana”, sinalizou. Sobre a pressão que seu partido, o PSD, tem feito para que a PEC dos precatórios não seja votada na CCJ na próxima semana, Pacheco não se comprometeu. “Não posso garantir. Na verdade ela (PEC) tem que cumprir a

etapa na Comissão de Constituição e Justiça. O parecer já foi lido, houve um pedido de vista, precisa ser apreciada na CCJ. Finalizada na CCJ vai a plenário”, disse.

O senador também negou que as polêmicas em torno da PEC dos precatórios possam

atrasar a votação do Orçamento de 2022. “Nós vamos justamente tentar evitar isso. Isso é uma luta contra o tempo, e nós precisamos dar solução a esses problemas, dos precatórios, o espaço fiscal, o programa social, a definição também da votação do orçamento. Todas essas missões precisam ser cumpridas pelo Congresso”, afirmou o presidente do Senado.

Resistências

O parecer do relator da PEC, senador Fernando Bezerra (MDB-PE), trouxe uma série de alterações, como a que tornou o Auxílio

## Resistências

Brasil um programa permanente, mas ainda é grande a resistência dos senadores à proposta. Muitos temem que haja uma “farra eleitoral” com o espaço fiscal de R\$ 106,1 bilhões, a ser aberto pela Proposta de Emenda à Constituição. Isso porque o relator “carimboou” apenas 60% desses recursos.

O governo trabalha para que a PEC seja promulgada a tempo de ser possível pagar o Auxílio Brasil antes do Natal, a cerca de 17 milhões de famílias. Porém, caso a proposta seja aprovada pelo plenário do Senado, ainda terá que retornar para nova análise na Câmara, em razão das alterações feitas no texto pelo relator. (JV)

R\$ 89 BILHÕES

em precatórios (que são dívidas da União com pessoas físicas e jurídicas com decisão transitada em julgado) estão previstos para serem quitados em 2022